

Trabalhadores da Lusa questionam Estado sobre possível reforço na agência

written by O Cidadão | 9 de Outubro, 2023



Os ORT – “que tiveram conhecimento da intenção de acionistas privados alienarem as suas participações e que o Governo pondera adquirir essas posições”, lembram, em comunicado enviado aos trabalhadores, “que foi realizada uma avaliação do valor dos capitais próprios da agência, que ainda se

desconhece”.

“O valor da Lusa é muito maior do que os seus capitais próprios”, destacaram os ORT, ou seja, a Comissão de Trabalhadores, Conselho de Redação e delegados sindicais dos sindicatos dos Jornalistas, dos Trabalhadores do Setor de Serviços e dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro-Sul e Regiões Autónomas.

Os ORT referem que a agência “desempenha um papel estratégico essencial ao jornalismo e à democracia em Portugal, na lusofonia e nas comunidades portuguesas emigrantes dificilmente quantificável e que o Estado tem a obrigação de saber defender e reforçar”.

“Os ORT esperam que esta seja uma oportunidade para o Estado valorizar a Lusa, reforçando o seu papel, a sua viabilidade e o seu interesse estratégico, o que não tem acontecido”, destacaram.

Os mesmos defendem ainda que a importância da Lusa “deve ser reconhecida na lei fundamental, através da consagração do serviço público de agência de notícias na Constituição”, tal como está o serviço público de rádio e televisão.

Para os representantes dos trabalhadores é ainda “essencial a valorização dos trabalhadores da agência, com salários justos, carreiras adequadas e um bom ambiente laboral”, e ao mesmo tempo manter “a independência de qualquer poder, para que possa exercer a sua missão de serviço público de um jornalismo livre, plural e rigoroso”.

Os ORT questionam depois se “tal como a RTP e a RDP, vai a Lusa ficar sob o escrutínio da Assembleia da República para uma maior salvaguarda da independência editorial”.

Além disso, perguntam, “de que forma vai o Estado investir – de facto – na Lusa”, alertando para a falta de trabalhadores e

recordando que *“o Ministério das Finanças, à semelhança do que aconteceu durante o período da ‘troika’, tem obstaculizado contratações e outros investimentos essenciais ao jornalismo”*.

Os ORT exigem ainda, para que o cumprimento do serviço público **“seja efetivo”**, *“que o Orçamento do Estado fixe valores dignos e capazes de fazer face às obrigações da empresa para com os trabalhadores”*, questionando o Governo sobre os valores que estima *“adequado investir na Lusa a longo prazo e desde já na proposta do Orçamento do Estado para 2024”*, que será entregue no parlamento na terça-feira.

No dia 27 de setembro fonte oficial do Ministério da Cultura disse à Lusa que o Estado *“procurará uma solução que preserve o papel estratégico”* da agência, indicando que tinha já sido feito um estudo de avaliação dos capitais próprios que aguardava parecer das Finanças.

O grupo Bel e a Global Media Group (GMG), liderados por **Marco Galinha**, *“publicitaram a sua intenção de alienarem as suas participações na agência Lusa (que perfazem 45,7% da agência), no quadro da entrada de um novo acionista no capital da Global Media – o UCAP Group, uma sociedade gestora de fundos suíça”*, recordou a mesma fonte.

O ministro da Cultura *“foi, aliás, informado desta intenção”*, adiantou o Ministério tutelado por Pedro Adão e Silva.

“Em face destes desenvolvimentos, e considerando o serviço público fundamental prestado pela Lusa, o Estado procurará uma solução que preserve o papel estratégico da agência noticiosa portuguesa”, asseverou fonte oficial.

Neste sentido, **“a agência Lusa promoveu junto de uma empresa de consultadoria e auditoria um estudo de avaliação do valor dos seus capitais próprios – que já foi concluído e está, neste momento, a aguardar parecer dos serviços do Ministério das Finanças”**, referiu.